DOLM 28.05.13__:Camara_Template 27/5/2013 17:38 Página 1

Ano VII - Nº 4.072

Terça-feira, 28 de Maio de 2013

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

Foto: Valdemiro Lopes



Câmara Municipal homenageia a Cerb

Por iniciativa do vereador Gilmar Santiago sessão especial destaca os 42 anos da companhia

De acordo com o vereador Gilmar Santiago (PT) homenagem da Câmara é um reconhecimento às ações da Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia (Cerb), que tem como missão garantir a oferta de água para melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável, com ênfase no saneamento rural.

Leia mais na página 8

Tia Eron propõe obrigatoriedade na divulgação do IDEB

Leia mais na página 3

DOLM 28.05.13__:Camara_Template 27/5/2013 17:38 Página 2

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Paulo Câmara
paulocamara@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Carlos Muniz
carlosmuniz@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Isnard Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Fabíola Mansur
fabiolamansur@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Arnando Lessa
arnandolessa@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

3º Secretária:
Cátia Rodrigues
catiarodrigues@cms.ba.gov.br

Corregedor Geral:
Geraldo Júnior
geraldojunior@cms.ba.gov.br

Ouvidora Geral:
Aladilce Souza
aladilcesouza@cms.ba.gov.br

Ouvidor Substituto:
Everaldo Augusto
everaldoaugusto@cms.ba.gov.br

Assessoria de Comunicação

Assessor Chefe
Osvaldo Lyra
osvaldo.lyra@cms.ba.gov.br

(71) 3321-3918
(71) 3320-0380 (fax)
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com



www.twitter.com/camarasalvador

TV Câmara Salvador Canal 10 do Sim TV
Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

ISO 9001 BUREAU VERITAS Certification

Tinoco apresenta relatório pela rejeição das contas de João Henrique

Colegiado de Finanças começa a analisar parecer do TCM sobre exercício financeiro de 2011



Foto: Antonio Queirós

Vereadores da Comissão de Finanças

Integrantes da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização da Câmara Municipal de Salvador reuniram-se na manhã de segunda-feira (27) para analisar o parecer do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), que recomenda a rejeição das contas do ex-prefeito João Henrique Carneiro, relativas ao exercício financeiro de 2011. Enquanto presidente do colegiado, o vereador Cláudio Tinoco (DEM) apresentou o relatório que segue, com ressalvas, o parecer do TCM. O parecer final do colegiado será apresentado nesta quarta-feira (29).

O parecer da comissão não foi concluído porque, durante a reunião, a vereadora Aladilce Souza (PCdoB) pediu "vistas" ao relatório elaborado pelo presidente do colegiado, para "analisar com mais cuidado" antes de anunciar o voto.

Dos sete integrantes do colegiado, o único que votou pela aprovação das contas do ex-prefeito João Henrique foi o vereador Geraldo Júnior (PTN). "Meu posicionamento é pela aprovação, com ressalvas, das contas porque entendo que não houve dolo por parte do ex-prefeito João Henrique. Não houve desvios de verbas públicas, superfaturamentos ou atos de improbidade administrativa", declarou Geraldo Júnior.

Além de Cláudio Tinoco, os vereadores Heber Santana (PSC) e Alfredo Mangueira (PMDB) declararam votos seguindo o parecer do TCM e o relatório apresentado por Tinoco. "Respeitamos e seguimos o Tribunal de Contas dos Municípios, apesar de encontrarmos, em alguns pontos, uma determinada subjetividade no parecer que recomenda a reprovação das contas do ex-prefeito João Henrique, relativas ao exercício financeiro de 2011", avaliou Cláudio Tinoco.

Nova reunião

O vereador Gilmar Santiago (PT), que não pôde comparecer à reunião, a vereadora Aladilce Souza, que pediu "vistas" ao relatório, e o vereador Isnard Araújo (PR), que preferiu adiar o posicionamento, vão declarar o voto na próxima reunião da Comissão de Finanças, marcada para às 9h de quarta-feira (29). É o último dia para que o colegiado emita o parecer ao relatório do TCM que chegou à Câmara Municipal de Salvador no dia 23 de abril.

Com três votos pela reprovação, é necessário somente mais um voto para que a comissão se posicione pela rejeição. O pedido de "vistas", que foi feito pela vereadora Aladilce Souza, permite que os vereadores que já se posicionaram, contrários ou a favor do parecer do TCM, mudem o voto na próxima reunião.

Marcell Moraes receberá Título de Cidadão de Amargosa

Vereador de Salvador será agraciado no dia 19 de junho

O vereador de Salvador Marcell Moraes (PV) será agraciado com o Título de Cidadão Amargosense no dia 19 de junho, data em que é comemorado o aniversário do município de Amargosa. A honraria será concedida pela Câmara Municipal de Amargosa, que aprovou, por unanimidade, a proposta da vereadora Viviane Santana (PR).

Quatro vereadores propuseram o título de cidadão a Marcell Moraes, inclusive, antes dele se eleger vereador em Salvador. "É uma emoção muito grande receber esse título, porque é um reconhecimento vindo de uma cidade que tanto amo e me orgulho de ter dado os primeiros passos como homem", afirma.

Marcell Moraes nasceu na cidade de Ruy Barbosa, na Chapada Diamantina, mas foi em Amargosa que ele passou toda infância e adolescência, tendo constituído seus principais laços de amizade. "Quando me perguntam de onde eu sou, eu encho o peito e digo com o maior orgulho que sou de Amargosa", declara o vereador, que tem trabalhos ambientais prestados na cidade.

DOLM 28.05.13__:Camara_Template 27/5/2013 17:38 Página 3

IDEB de escola municipal poderá ser divulgado

Sugestão da vereadora Tia Eron visa informar aos pais sobre a qualidade das escolas

A vereadora Tia Eron (PRB) protocolou, na Câmara Municipal, projeto de lei que visa tornar obrigatória a divulgação do Índice de Desenvolvimento Escolar da Educação Básica (IDEB) alcançado pelas escolas da rede municipal. A intenção é tornar público, para o conhecimento dos pais e da comunidade, a colocação obtida por cada unidade no último levantamento feito pelo Ministério da Educação (MEC).

Ela observa que o Ideb é uma ferramenta útil para a sociedade, em particular para os pais de crianças que frequentam a escola pública. "Por meio dele, é possível comparar a avaliação da escola do seu filho com a das escolas da região e de outras cidades", argumenta a vereadora Tia Eron.

Nível crítico

Segundo Reynaldo Fernandes, presidente do Inep (Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), o mecanismo de divulgação dos resultados do Ideb agregou à avaliação do ensino o componente da mobilização social e possibilitou o envolvimento de toda a sociedade no acompanhamento da qualidade da educação.

"A ampla divulgação dos resultados, inclusive de cada escola, permite trazer as avaliações para mais perto da realidade dos pais – 'posso não me sensibilizar pelo baixo rendimento do sistema de ensino no estado ou município onde moro, mas o nível crítico da escola onde meus filhos estudam certamente me trará preocupação'", acredita Fernandes.

Tia Eron considera relevante ressaltar que o IDEB é um índice comparável nacionalmente. Por isso, acredita que sua divulgação será ferramenta importante na direção da melhoria do sistema educacional brasileiro, uma vez que "permitirá o acompanhamento e o controle social dos resultados mais importantes da educação". A identificação do IDEB, reforça a vereadora, vai assegurar aos pais dos alunos tomar conhecimento da classificação da escola onde os filhos estudam.

Fotos: Valdemiro Lopes



Tia Eron quer tornar públicos os índices da educação básica em Salvador

Foto: Internet



Leo Prates diz que reforma tributária combate a sonegação

Vereador criticou os edis que se posicionaram contra a proposta



Vereador Leo Prates

A um dia da votação acordada dos Projetos de Lei 160/13 e 161/13, conhecidos como reforma tributária, o vereador Leo Prates, vice-líder do governo e líder do DEM na Câmara Municipal de Salvador criticou os edis que se posicionaram contra a matéria sem justificativa. Ele ainda afirmou que quem votar pela não aprovação da matéria é contra o povo pobre dessa cidade e apoia os sonegadores.

Segundo os textos, a população será beneficiada com as medidas que integram a reforma como, por exemplo, o perdão das dívidas até R$ 400; o Programa Nota Salvador, que permitirá restituição em dinheiro depositado em conta corrente ou abatimento no IPTU dos contribuintes; o não ajuizamento de ações contra quem deve até R$1000 e a renovação dos incentivos fiscais da Cidade Baixa e Península de Itapagipe.

"Alguns vereadores foram convidados ao debate e também a propor emendas, mas o que se vê é um discurso com o pensamento estritamente político e contra a cidade de Salvador. Quem votar contra a Reforma Tributária está a favor de quem sonega impostos e temem as sanções pois terão que pagar suas dívidas", alerta o democrata.

Leo Prates ainda relaciona a votação da Reforma, que aumentará a arrecadação na cidade, com a melhora dos serviços públicos em Salvador. "Para que os serviços essenciais como saúde e educação tenham melhorias para a própria população soteropolitana é preciso cobrar de quem ficou anos sem pagar o que deve e sem colaborar para o crescimento de Salvador", explica.

DOLM 28.05.13__:Camara_Template 27/5/2013 17:38 Página 4

Seminário debate redução da maioridade penal

Vereador Luiz Carlos diz ser contrário à medida e afirma que solução seria uma educação de qualidade



Foto: Assessoria do vereador

Vereador Luiz Carlos durante seminário

O vereador e vice-presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo da Câmara Municipal de Salvador, Luiz Carlos (PRB), realizou na última sexta-feira (24) um seminário que discutiu as propostas sobre a redução da maioridade penal. O evento, que aconteceu no auditório do Centro Empresarial Iguatemi, contou com a participação de representantes da Superintendência de Apoio e Defesa aos Direitos Humanos (SUDH), representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública da Bahia.

Punir, responsabilizar ou ressocializar? Este foi o tema do encontro em que se ouviu a opinião de pessoas a favor de um maior rigor na punição de adolescentes em conflito com a lei e outros que preferem medidas socioeducativas. Segundo o vereador, através deste debate a sociedade coloca seu ponto de vista, justificando posicionamentos contra ou a favor da redução.

"Não concordo com a redução. Muitos jovens já são penalizados pela desestrutura familiar, pela falta de políticas públicas e precisam urgente de uma educação de qualidade para não correrem o risco de serem alcançados pela criminalidade", enfatizou o vereador.

ARTIGO

Constituição e a Reforma Tributária



Em março, o prefeito encaminhou à Câmara o Projeto de Lei 160/2013 em regime de urgência. O projeto supostamente alteraria o Código Tributário. Todavia, ele não trata de mera proposta de reforma desse Código, engloba dispositivos referentes à legislação tributária, financeira, reforma administrativa, licitatória, dentre outras matérias.

A amplitude e complexidade desse PL exige tempo para estudo e, principalmente, debates com a sociedade, pois se assim não for o pacto social não se estabelecerá entre o cidadão e o município. Reconhecemos a crise econômica instalada na cidade e a necessidade de aumentar a arrecadação, mas estas não podem fundamentar afronta à Constituição e ferir de morte o princípio da participação social nos destinos do município de Salvador.

Num só projeto, se pretende apenar em demasia o cidadão, causando impacto direto no exercício de suas atividades econômicas; viola a Constituição inserindo autorização de constituição de sociedades de economia mista para otimizar o fluxo financeiro do município, sem observar a exigência de lei específica; altera procedimentos licitatórios; acrescenta atribuições à Procuradoria do Município; subtrai competências da Câmara Municipal, ao autorizar o Executivo a abrir crédito especial, dispor de bens da prefeitura, contratar empréstimos, firmar convênios e prestar garantias; condiciona a liberação de licenças, alvarás e autorizações ao adimplemento de dívida do município; mantém a inscrição no CADIN com a suspensão do crédito tributário; impõe responsabilidade solidária aos sócios, acionistas, administradores, gerentes e diretores pelos débitos tributários por lei não complementar; não especifica e nem disciplina de forma clara as regras.

Assim, com tantas alterações, o PL 160/13 merece atenção redobrada do legislativo e da sociedade, para que vícios de ilegalidade, ilegitimidade e inconstitucionalidade não se repitam nas leis aprovadas pela Câmara Municipal, como foi o caso do PDDU e LOUS, comprometendo a segurança jurídica que todo cidadão espera de uma Lei.

Vereadora Aladilce Souza (PCdoB),
ouvidora-geral da Câmara Municipal de Salvador

DOLM 28.05.13__:Camara_Template 27/5/2013 17:38 Página 5

Estudantes de Direito têm aula na Câmara

Alunos da Faculdade Baiana em atividade didática com o presidente Paulo Câmara

Fotos: Antonio Queirós



Presidente Paulo Câmara com os estudantes da Faculdade Baiana de Direito

Mobilidade urbana, requalificação da orla, temas políticos, transparência da Câmara, voto aberto na Casa, Projeto Flanelinha, legado da Copa, exercício da cidadania e desigualdades sociais em Salvador foram os principais assuntos explanados pelo presidente do Poder Legislativo da capital baiana, vereador Paulo Câmara (PSDB), na atividade didática com os estudantes da Faculdade Baiana de Direito. A aula prática, na manhã desta segunda-feira (27), no Salão Nobre do Paço, fez parte das atividades da disciplina Ciência Política.

Liderados pelos professores Cláudio André de Souza e Diogo Guanabara, os estudantes de Direito começaram a aula prática pelo Memorial da Câmara. O rico acervo da Casa foi apresentado pelo historiador Uilton Oliveira.

"Tudo passa pela política", destacou o presidente Paulo Câmara ao falar da importância da atividade política na vida das pessoas. Ao analisar o número de partidos políticos na Casa, em resposta à pergunta de um dos futuros advogados, considerou excessiva a quantidade de agremiações.

Sobre os caminhos que as pessoas devem trilhar para modificar a sociedade, o presidente Paulo Câmara disse com clareza que as mudanças vão ocorrer quando houver vontade individual e, sobretudo, vontade coletiva. "É preciso sair da zona de conforto para transformar o país", assegurou.

Ainda na aula prática, os estudantes perguntaram sobre os aspectos que fortalecem a República, a harmonia e independência dos poderes constituídos e o fortalecimento da democracia. "A Câmara é uma Casa democrática e independente. O que é decidido pelos vereadores tem que ser respeitado", observou.





DOLM 28.05.13__:Camara_Template 27/5/2013 17:38 Página 6

CÂMARA MUNICIPAL

43ª SESSÃO ORDINÁRIA
1º PERÍODO LEGISLATIVO
17ª LEGISLATURA
REALIZAÇÃO: 29 DE MAIO DE 2013 - 14:30 HORAS.

Leitura, Discussão, Votação Ata (2º secretário)
Leitura Expediente (1º secretário)

ATA

40ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DA 17ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2013.

PRESIDENTE: VEREADOR PAULO CÂMARA
1º SECRETÁRIO: VEREADOR ARNANDO LESSA
2º SECRETÁRIO: VEREADOR ALBERTO BRAGA (*AD HOC*)

Compareceram os Senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALAN CASTRO, ALBERTO BRAGA, ALEMÃO, ALFREDO MANGUEIRA, ANA RITA TAVARES, ARNANDO LESSA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CLÁUDIO TINOCO, DAVID RIOS, DRA. FABÍOLA MANSUR, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, ERON VASCONCELOS, EUVALDO JORGE, EVERALDO AUGUSTO, GERALDO FERREIRA JÚNIOR, GILMAR SANTIAGO, HEBER SANTANA, HENRIQUE CARBALLAL, HILTON COELHO, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, J. CARLOS FILHO, JOSÉ TRINDADE, KIKI BISPO, LEANDRO GUERRILHA, LÉO PRATES, LUIZ CARLOS, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELL MORAES, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO CÂMARA, PEDRINHO PEPÊ, SÍLVIO HUMBERTO, SOLDADO PRISCO, TIAGO CORREIA, TOINHO CAROLINO, VADO MALASSOMBRADO e WALDIR PIRES. Havendo número legal, o Senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a leitura e discussão da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi anunciada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Projetos de Lei nºs 407/13 da vereadora Eron Vasconcelos, 408 a 410/13 do vereador José Trindade, 411/13 do vereador Alan Castro e 412 e 413/13 do vereador Marcell Moraes; Projetos de Indicação nºs 418/13 do vereador Euvaldo Jorge, 419/13 do vereador Geraldo Junior e 420/13 do vereador Everaldo Augusto; Projeto de Resolução nº 45/13 do vereador Silvio Humberto; e Requerimentos nº 198 e 199/13 do vereador Everaldo Augusto. Terminada a leitura do Expediente, nos Registros, inicialmente, o vereador Duda Sanches, que reiterou sua sugestão de se fazer um mutirão, no âmbito da Comissão de Transportes – a qual integra –, para estudar os problemas enfrentados pelos cidadãos em razão dos maus serviços prestados. Na oportunidade, elogiou o presidente da Comissão, vereador Euvaldo Jorge. Sobre a Reforma Tributária, considerou não se terem esgotado as possibilidades de discussão para as finanças públicas. Informou que o PSD fez Emenda para a Reforma, prevendo, para a dívida ativa, remissão no caso de valores até R$ 1.000, o que beneficia trabalhadores mais humildes. Concluiu reivindicando que os grandes devedores sejam cobrados. Em seguida, o vereador Léo Prates comemorou a atitude da oposição na Assembleia Legislativa, que aceitou a dispensa de requisitos para que o Governo do Estado assumisse um empréstimo de mais de R$ 400 milhões, destinados a investimentos em todo o Estado. Pediu aos vereadores da oposição que, em semelhante linha, trouxessem ideias para a Reforma Tributária, em colaboração apartidária, pelo bem da cidade, e não, simplesmente, colocassem-se contra a Reforma. O vereador Marcell Moraes parabenizou os vereadores que o antecederam por seus pronunciamentos. Sobre seus projetos voltados para a área animal e ambiental, estranhou serem considerados polêmicos por muitos vereadores, considerando que polêmica é a situação em que se encontram os animais e o meio ambiente. Mencionou que. em 500 anos de Câmara, apenas um Projeto de Lei pela causa animal foi aprovado. Pela ordem, o vereador Euvaldo Jorge solicitou a retirada do Projeto de Indicação nº 218/13. O vereador Geraldo Junior saudou os servidores e igualmente sugeriu à bancada de oposição apresentar Emendas ao Projeto da Reforma Tributária. Afirmou que duas empresas a serem criadas pela Reforam Tributária apenas serviram de balizadoras para a Parceria Público-Privada – PPP, na qual o Governo do Estado foi pioneiro. O vereador Odiosvaldo Vigas comentou as notícias de que o Congresso Nacional é dominado pelo Poder Executivo, o que, por extensão, poderia levar a crer que as demais Casas Legislativas também são. Pontuou, porém, que esta Casa tem autonomia perante o Executivo municipal. Criticou o repasse de verbas aos municípios, considerando que a União arrecada muito e repassa pouco, por isso, a necessidade de se fazer uma verdadeira Reforma Tributária. Finalizou, declarando que irá votar contra o Projeto de Reforma Tributária. O vereador Waldir Pires leu registro de solidariedade e apoio ao jornalista Emiliano José, que foi vereador desta Casa, além de deputado estadual e federal, em razão das tentativas de intimidação do Senhor Átila Brandão, que vêm amordaçar a liberdade de imprensa. O orador destacou o currículo e história de vida e luta do jornalista, que vem sofrendo os ataques após ter publicado o artigo "A Premonição de Yaiá", que narra um dos muitos episódios de tortura ocorridos durante a ditadura militar. Associou-se a Mesa. O vereador Sílvio Humberto saudou os servidores municipais, registrou a realização da *VII Semana da África: Identidades Africanas – Na Produção Audiovisual África e na sua Diáspora*, cuja abertura será hoje no Centro Cultural e se estenderá até o dia 25, Dia da África. Criticou a baixa dotação para a Secretaria Municipal da Reparação e a falta de proposta de reajuste salarial para o funcionalismo municipal. Questionou onde está a política de valorização dos servidores. Sobre a Reforma Tributária ou Reforma Fiscal, não considera que resolverá os problemas financeiros da cidade, já que não quebrará a cultura de as elites não pagarem impostos. O edil Leandro Guerrilha saudou os servidores e criticou a oposição por não querer apreciar a Reforma, que vem em benefício da cidade, trará anistia de dívidas de até 400 reais e possibilitará investimentos necessários num momento de eventos esportivos e no qual o prefeito assinou a transferência do Metrô para o Governo do Estado. Por fim, pediu apoio ao seu Projeto de qualificação e requalificação para os motoristas da cidade, haja vista o grande número de acidentes. Com a palavra, o vereador Pedrinho Pepê afirmou que tem defendido a união entre governador e prefeito, pois a desavença entre os dois seria prejudicial ao povo. Considerou que a Reforma Tributária é benéfica ao Município. Lembrou que o governador do Estado contou com a oposição para ações como a criação do Parque Tecnológico, e disse que espera a contrapartida dos oposicionistas aqui. Em comunicação inadiável, o vereador Leandro Guerrilha solicitou a retirada dos Projetos de Lei nºs 40 e 164/13. O vereador Orlando Palhinha salientou que Salvador começa a ver os resultados da parceria defendida pelo vereador Pedrinho Pepê. Voltou a pedir a desapropriação na Avenida Suburbana, para que se melhore o tráfego na região. Solidarizou-se aos servidores municipais em greve e pediu que os demais edis olhassem para a questão da Reforma Tributária de forma suprapartidária. O vereador Everaldo Augusto saudou os presentes na Galeria, declarando, aos servidores, o apoio do PC do B. Renovou o apelo do vereador Gilmar Santiago para que fosse constituída Comissão a fim de intermediar negociação com a Prefeitura para que esta Casa não seja apenas um lugar no qual as pessoas venham protestar e sair de mãos vazias e sem respostas. Na oportunidade, comentou que o prefeito ACM Neto, na campanha eleitoral, afirmou que tinha condições de trabalhar sem o apoio dos Governos Federal e Estadual, e que a oposição afirmou o contrário, estando provado que o prefeito não tinha razão. Observou que muitos vereadores, agora, comentam a existência de uma parceria entre Governo Estadual e prefeitura. Pela ordem, o vereador Gilmar Santiago informou ter indicado, ontem, as vereadoras Aladilce Souza e Dra. Fabíola Mansur para comporem a Comissão, e solicitou que o líder do Governo indicasse os vereadores de sua bancada. Sobre a votação do Projeto da Reforma Tributária para possibilitar ao prefeito pagar os servidores, questionou se, após a votação, seria concedido o reajuste de 20% solicitado. O Senhor presidente, vereador Arnando Lessa, recomendou que os vereadores da bancada independente também indicassem representantes para compor a Comissão. Pela ordem, o vereador Léo Prates esclareceu que, em seu discurso, disse apenas que uma melhor arrecadação para a cidade melhorará também a situação dos servidores municipais. A vereadora Aladilce Souza propôs que esta Casa somente vote o Projeto da Reforma Tributária após a Prefeitura conceder o reajuste aos servidores municipais. Lembrou que o reajuste é previsto no Orçamento do ano anterior e que houve um período de transição. Afirmou que existe inconstitucionalidade no Projeto da Reforma Tributária, ressaltando que a criação de sociedade de economia mista só pode ser realizada por Lei específica. O vereador Joceval Rodrigues afirmou estar acompanhando a situação dos servidores desde o início. Lembrou que ainda se está no mês da data-base e que a categoria tem uma pauta de reivindicações com 120 itens, sendo que o principal, claro, é o reajuste. Desafiou que alguém demonstrasse algum compromisso que ele não tivesse cumprido e afirmou que a Reforma irá melhorar, sim, a situação de toda a cidade, inclusive a dos servidores. Por fim, pediu que fossem feitas propostas à Reforma, mas que não se obstruísse o Projeto e que não se usassem os trabalhadores para fazer politicagem. O vereador Cláudio Tinoco comemorou a votação realizada ontem na Assembleia Legislativa, em que os vereadores se uniram para aprovar um financiamento de crédito junto à Caixa Econômica Federal (CEF), de cerca de 280 milhões, dos quais 115 milhões serão destinados à revitalização do Centro Histórico, e o restante, para o saneamento em outras cidades baianas. Sobre a Reforma Tributária, comentou sobre a criação das duas empresas de economia mista, considerando que a preocupação em torno do tema é exacerbada, uma vez que já existem experiências como a Saltur, CTS e Cogel, que são também empresas de economia mista, além da Bahiagás, em nível estadual. Por fim, o edil comunicou que estará, amanhã, na cidade de Ipatinga, em Minas Gerais, numa audiência pública sobre a regulamentação da atividade dos mototaxistas. Em comunicação inadiável, o vereador Leandro Guerrilha informou que os rodoviários decretaram greve. O vereador Luiz Carlos Suíca salientou que a decretação foi de estado de greve, que difere da greve. Pela ordem, o vereador J. Carlos informou que, até o dia 28, o Sindicato dos rodoviários tem acordo com o patronato para não haver

DOLM 28.05.13__:Camara_Template 27/5/2013 17:39 Página 7

greve. O vereador Luiz Carlos Suíca contou ter tido conversa hoje pela manhã com o líder vereador Gilmar Santiago sobre a Reforma Tributária e relacionamento de bancada. Solidarizou-se com os servidores municipais e considerou que as notas que o apontam como campeão de audiências no Palácio Thomé de Souza, com efeito são verdadeiras, porque vai fazer solicitações em favor da população. É um homem de bancada, de partido, mas sua orientação política são os deputados estaduais Luíza Maia e Walmir Assunção. O edil Moisés Rocha saudou os servidores. Comentou nota do jornal Tribuna da Bahia e mais uma vez questionou como os jornalistas Paulo Roberto, Raul Monteiro e Osvaldo Lyra obtiveram as informações veiculadas, em nota não-fundamentada, pautada em adivinhação. Disse que, no âmbito estadual, a oposição obstruiu a votação do reajuste dos servidores, e, na Câmara Federal, fez o mesmo com a MP dos Portos. Na Tribuna, o vereador Heber Santana informou que o PSC ingressou com medida, no Supremo Tribunal Federal – STF, contra a decisão do Conselho Nacional de Justiça – CNJ que determina, aos cartórios, a formalização do casamento homossexual. Explicou que a medida se baseia no entendimento de que só o Congresso tem legitimidade para instituir algo dessa natureza e defendeu o respeito às instituições. Afirmou que Átila Brandão, que dirige a Igreja Batista do Caminho das Árvores, interpelou o jornalista e escritor Emiliano José, cujo caso foi trazido a esta Casa pelo vereador Waldir Pires, e a Justiça lhe deu razão. Considerou que não se trata, pois, de cerceamento à liberdade de expressão, e lembrou que o próprio Emiliano José fizera o mesmo contra o jornal Correio da Bahia, também obtendo ganho de causa na Justiça. Concluiu pedindo respeito ao sofrimento dos torturados, e também a correção das informações. Com a palavra, o vereador Gilmar Santiago solidarizou-se com os servidores presentes na Casa, que deve servir-lhes como espaço de interlocução. Afirmou que a bancada de oposição tem se prestado a esse papel, por se compor de pessoas ligadas às lutas sociais, e que o líder do Governo falou muito, mas não indicou nomes para a composição da Comissão, o que já foi feito pela oposição. Concluiu criticando o argumento de que a Prefeitura não tem margem para negociar, haja vista que, de um ano para o outro, todas as questões sofrem majoração. O vereador Luiz Carlos saudou a Mesa e os demais vereadores, e convidou os presentes e as pessoas que assistem à TV Câmara para, na sexta-feira, no Centro Empresarial Iguatemi, participarem de debate sobre a redução da maioridade penal. Comentou que, surpreendentemente, em pesquisa de opinião, constatou-se que 90% das pessoas são favoráveis à redução. Considerou que a redução penaliza o jovem pela terceira vez, afirmando que a primeira é a desestruturação familiar, e a segunda é a falta de políticas públicas e oportunidades. Observou que o crime organizado recruta jovens, e que, caso seja reduzida a maioridade penal, serão recrutados os jovens com 15 anos. Lembrou que o Exército e a Policia Federal são responsáveis pelo controle e venda de armas e que não se deve prender quem também é vítima. Foi votada e aprovada solicitação de licença do vereador Everaldo Augusto para os dias 13 e 14 de maio. O vereador Hilton Coelho se associou ao vereador Luiz Carlos e se solidarizou com os servidores municipais, opinando que o discurso da Prefeitura tem se mostrado ilusionista. Comentou que estará presente em manifestação, sexta-feira, no Campo Grande. Registrou que o debate do Projeto da Reforma Tributária tem sido superficial, considerando que o Projeto é um pacote complexo, que parece ter sido feito com o objetivo de que esta Casa não consiga compreendê-lo. Concluiu afirmando que o Projeto cria uma Prefeitura paralela privada. O vereador Euvaldo Jorge solidarizou-se aos servidores municipais presentes nas Galerias, considerando que, todo ano, o salário tem uma perda com a inflação, e, por isso, é justa a reivindicação do reajuste. Comentou o Projeto do ex-vereador Alcindo da Anunciação sobre a cobrança dos estacionamentos e desejou que a Prefeitura regulamente a fiscalização e a cobrança o mais breve possível. Registrou o jantar beneficente em prol do ex-jogador do Bahia, Jorge Campos, realizado ontem no restaurante "Baita Tchê", e agradeceu aos vereadores que compareceram. Por fim, pediu à oposição mais tranquilidade na discussão sobre a Reforma Tributária, que considera benéfica para a cidade. Pela ordem, o vereador Everaldo Augusto informou que amanhã, às 14h, será realizada reunião com o secretário municipal de Gestão, Alexandre Paupério, para discussão da pauta de reivindicação dos servidores municipais, e que os vereadores Aladilce Souza, Dra. Fabíola Mansur e Gilmar Santiago irão acompanhar as negociações com o Sindicato dos Servidores da Prefeitura do Salvador (Sindseps). O edil propôs que a negociação do reajuste comece com o percentual de 8%, o mesmo dado aos servidores desta Casa. A vereadora Dra. Fabíola Mansur disse não considerar que tenha havido negociação até o momento, já que o reajuste oferecido foi de zero por cento. Disse que não se pode aguardar até o dia 5 de junho, data estabelecida pelo secretário para apresentação de uma proposta, após realização de estudos financeiros, pois os serviços não podem deixar de ser prestados até lá, prejudicando a cidade e os próprios servidores. Sobre a união homoafetiva, pediu que não fosse utilizado o argumento da família tradicional para combatê-la e negar direitos que são reconhecidos constitucionalmente, já que todos são iguais perante a Lei. Defendeu a decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em autorizar a união homoafetiva, comprovando a laicidade do estado brasileiro. Ressaltou o reconhecimento dos diversos tipos de família pelo direito de amar e ser respeitadas. Sobre a Reforma Tributária, considerou que o Projeto não está maduro para ser votado e que alguns pontos polêmicos precisam ser retirados. Disse que, com efeito, Salvador precisa arrecadar mais, inclusive para investimentos em direitos sociais. Pela ordem, o vereador Heber Santana disse que o PSC defende a Constituição Federal e o que ela preconiza sobre a família é que, em sua opinião, é um ente constituído por homem e mulher. Pela ordem, a vereadora Dra. Fabíola Mansur disse que família também é homem e mulher sozinhos e reiterou que o CNJ já se manifestou sobre o assunto. Nada mais havendo, o Senhor presidente, antes de encerrar a Sessão, marcou outra para segunda-feira, à hora regimental. REGISTROS: registros dos vereadores Odiosvaldo Vigas, Silvio Humberto e Waldir Pires.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

RESUMO DE ADITIVO

SEXTO ADITIVO AO CONTRATO CMS nº 18/2007

PROCESSO DE ORIGEM	**CMS nº. 951/2007**
CONTRATANTE	**CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR – CMS**
CONTRATADA	**JÔ ANNE DA COSTA SARDEIRO SILVEIRA**
OBJETO	**Prorrogação do contrato de locação das salas de nº 602, 603, 604 e 605, de sua propriedade e localizadas no Edf. Sul América, sito na Travessa da Ajuda, 02, nesta Cidade, por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 17 de maio de 2013.**
PRAZO	**12 (doze) meses, contados a partir de 17/05/2013.**
BASE LEGAL	**Parecer da Procuradoria Jurídica e nas informações exaradas no processo CMS nº 524/2013.**
VALOR MENSAL	**R$ 1.295,21 (hum mil duzentos e noventa e cinco reais e vinte e um centavos).**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	**01.031.038.2001– 3.3.90.36.000**
DATA DE ASSINATURA	**07/05/2013**
ASSINAM	**Paulo Câmara - CMS Jô Anne da Costa Sardeiro Silveira – Contratada**
TESTEMUNHAS	**Viviane Oliveira Damaceno Rafael de Aguiar**

RESUMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA Nº	**: 41/2013**
PROCESSO CMS	: 1085/2013
CONTRATANTE	: CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR – CMS
CONTRATADA	: JR ODONTO COM. DE PEÇAS E ASSIST. TEC. LTDA-ME
OBJETO	:Material Odontológico.
VALOR TOTAL	: R$ 690,00(Seiscentos e noventa reais)
BASE LEGAL	: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.
DOT. ORÇAMENTÁRIA	: 01.031.038.2001- 3.3.90.30.000
HOMOLOGAÇÃO	: 28/05/2013

DOLM 28.05.13__:Camara_Template 27/5/2013 17:39 Página 8

Câmara presta homenagem a Cerb

Sessão especial destaca os 42 anos da companhia no serviço às populações carentes do semi-árido baiano

Fotos: Valdemiro Lopes



Vereador Gilmar Santiago presidiu a sessão

Motivar, através da educação ambiental, para que cada pessoa possa desenvolver ações de preservação e defesa do ambiente. Este é um dos principais objetivos da Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia (Cerb), que completou, neste mês de maio, 42 anos de fundação. A Câmara Municipal de Salvador, através da iniciativa do vereador Gilmar Santiago (PT), promoveu sessão especial na noite de sexta-feira (24), no Plenário Cosme de Farias, em homenagem a companhia.

De acordo com Gilmar, a ação é um reconhecimento às ações da companhia que tem como missão garantir a oferta de água para melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável, com ênfase no saneamento rural. "Ao longo destes 42 anos pude acompanhar de perto o trabalho destes profissionais, homens e mulheres, da Cerb que oferecem uma contribuição enorme para amenizar os efeitos da seca em nosso Estado. Reconheço o papel fundamental e estratégico da companhia no 'Programa Água para Todos' e observo que, sem a ação da Cerb, o sofrimento que nossos irmãos enfrentam no semi-árido baiano seria ainda maior", explicou Gilmar.

Missão

Durante a sessão, que foi iniciada com a apresentação do Coral da Cerb, que além de outras composições entoou a canção "Brasil Brasileiro", foram pontuadas ações da companhia, que se destaca pelo atendimento às populações carentes do semi-árido baiano. Perfuração de poços tubulares profundos, construção de sistemas integrados, convencionais e simplificados de abastecimento de água, aproveitamento de energias renováveis e implantação de tecnologias alternativas são algumas atividades realizadas pela empresa.

O diretor presidente da Cerb, Bento Ribeiro Filho, além de declarar estar honrado com a homenagem, enfatizou que o reconhecimento da Casa Legislativa ao trabalho e história da entidade, os anima a continuar fortalecidos no ideal de levar água para a população e auxiliar os desprovidos no meio rural. "Este é um instante, um importante momento, em que percebemos que vale à pena trabalhar, persistir e continuar com esta missão de levar a água, um bem comum, e saúde para as pessoas. E isso nos revigora", disse.



Histórico

A Cerb é uma empresa de economia mista vinculada à Secretaria do Meio Ambiente. É responsável pela execução de programas, projetos e ações de aproveitamento dos recursos hídricos e saneamento rural do Estado da Bahia. Foi criada em 11 de maio de 1971, mas iniciou as atividades em janeiro de 1972, veiculada à Secretaria do Saneamento e Recursos Hídricos. Atualmente conta com uma equipe especializada com mais de 700 colaboradores, distribuídos entre a sede em Salvador, a gerência regional de Feira de Santana e mais 10 núcleos regionais situados em municípios baianos.

Além do presidente da sessão, Gilmar Santiago, fizeram parte da mesa representando a Cerb, o diretor presidente, Bento Ribeiro Filho; o diretor Administrativo e Financeiro, Washington Miranda e o diretor de Operações Jorge Luis Farias; representando o Sindae, o diretor Edmilson de Jesus e a diretora Sueli Nielsen. O deputado federal Afonso Florence (PT) também prestigiou a sessão.